

Adaptação Curricular: Elemento indispensável para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais

Como ocorre a adaptação curricular em uma escola inclusiva da RMR

Juliana Bertoldo Barreto¹

Tícia Cassiany Ferro Cavalcante²

Resumo:

Este trabalho teve como objetivo investigar a prática da adaptação curricular para a remoção das barreiras da aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, partindo da perspectiva da educação inclusiva. Para isso, realizamos pesquisa de campo do tipo qualitativo etnográfico através de entrevistas semiestruturadas e observações com duas professoras e uma coordenadora pedagógica de uma escolar particular com proposta inclusiva da cidade do Recife-PE. A partir da análise dos dados foi possível entender que às adaptações curriculares atuam como facilitadoras do processo de inclusão e que, o investimento na formação dos professores e parceria com as famílias são fundamentais para êxito do processo.

Palavras-Chave: Inclusão; Adaptação curricular; Flexibilização curricular;

1-Introdução

Fundamentada na concepção de direitos humanos, onde o conceito de cidadania é baseado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, a luta por uma educação inclusiva é uma ação jurídica, pedagógica, social e cultural, que tem como objetivo a defesa de todos os alunos estarem participando do processo pedagógico, sem nenhum tipo de preconceito.

¹ Concluinte do curso de Pedagogia do Centro de Educação da UFPE (e-mail jubarreto191@gmail.com).

² Prof.^a Dr.^a do departamento de Psicologia e Orientação Educacionais do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (e-mail ticiaferro@hotmail.com)

No Brasil, o processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais vem sendo discutido há décadas e ocorrendo gradualmente. A legislação tem trazido ganhos e conquistas importantes para a educação inclusiva. Diante desta perspectiva de educação e inclusão, várias Leis estabeleceram os direitos das pessoas com deficiência, dentre as quais estão: a Constituição da República (BRASIL,1988), a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL,1996), a Convenção da Guatemala (BRASIL,2001) e mais recentemente a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência ocorrida em Nova Iorque (ONU, 2008). Todas essas leis surgiram com o objetivo central de esclarecer ações que a escola e a sociedade devem realizar a fim de assegurar os direitos da pessoa com deficiência, como destaca a Declaração de Salamanca, “As escolas têm de encontrar maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves”.

Para se transformar em um lócus inclusivo, a escola precisa repensar seu papel como instituição educativa e social. Concordamos com Carvalho (2000), quando assegura que mudanças são indispensáveis para se garantir êxito em propostas inclusivas. Para tanto, é necessário que a escola, enquanto instituição educativa apresente ações que viabilizem a participação e a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades desenvolvidas na escola e na sala de aula, ou seja, que tenham como objetivo a prática da adaptação.

Sendo assim, no contexto brasileiro existe, já há algum tempo, a necessidade de pensar um currículo para atender todos os alunos, com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino, garantir a igualdade de oportunidade e atender a diversidade. Porém, para que essa qualidade seja alcançada é necessária uma reflexão de toda a comunidade escolar a partir do planejamento de ações educacionais que sejam adequadas a um contexto diverso e complexo que envolve cada escola.

Entendemos que, as adaptações curriculares são essenciais para a prática de respeito à diversidade, para que a escola possa diminuir as barreiras de aprendizagem e proporcionar acessibilidade ao currículo para todos. Diante

disto, esse estudo é movido pela inquietação em compreender como e quando são realizadas as adaptações curriculares na escola, como se dá a inclusão desses alunos nas atividades cotidianas, como vem sendo avaliados, quais os resultados tem sido alcançados até o momento e qual a perspectiva do professor diante desse desafio. Deste modo, utilizaremos a terminologia necessidades educacionais especiais termo também adotado pelo Conselho Nacional de Educação com base no parecer CNE/CEB nº 17/2001, pois entendemos que: "A palavra educativo significa que algo que educa. Ora, as necessidades não educam: elas são educacionais, ou seja, concernentes à educação (SASSAKI, 1999). Logo, entendemos que, a pessoa com deficiência esta inserida no contexto de pessoa com necessidades educacionais especiais, uma vez que, o conjunto NEE abrange tanto pessoas com impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, sensorial, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e a superdotação quanto os alunos com transtornos funcionais específicos da aprendizagem como dislexia, TDAH, discalculia, disgrafia, transtornos estes que podem ser de origem pedagógica, neurológicas, intelectuais ou cognitivas.

"As dificuldades de aprendizagem ocorrem devido a várias razões. Uma delas é que a criança apresenta alguma dificuldade cognitiva particular que faz com que seu aprendizado de certas habilidades se torne mais difícil que o normal. Entretanto, algumas dificuldades - talvez a maioria delas - são resultantes de problemas educacionais ou ambientais, que não estão relacionadas às habilidades cognitivas da criança". (Dockrell , Mc Shane, 2000, p.17).

Deste modo, as adaptações de acesso ao currículo são realizadas visando à inclusão de todos os alunos, sejam os que precisam de adaptações mais abrangentes ou menos abrangentes.

Essa pesquisa está fundamentada a partir dos seguintes aspectos básicos, a saber: (a) problematização e inclusão; (b) discussão acerca do conceito da adaptação e da flexibilização curricular e suas bases legais; (c) dos procedimentos adaptativos; e (d) avaliação numa perspectiva inclusiva.

2- Concepções sobre Integração e Inclusão

As principais concepções teóricas e filosóficas que norteiam a prática educacional da educação especial são, respectivamente, a normatização, a integração e a inclusão. Todas, historicamente, tiveram o objetivo de consolidar e orientar a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, porém nosso foco, aqui, é discorrer sobre conceitos de integração e inclusão.

A perspectiva da integração teve sua difusão no Brasil depois dos anos 1970 e tem suas bases firmadas no princípio de normatização, onde se entende que, é possível uma pessoa com necessidades educacionais especiais apreciar de uma vida igual à de qualquer outra pessoa. Porém essa equidade dependerá do indivíduo, ou seja, dependerá dele integrar-se ao grupo e desenvolver estratégias para se adaptar ao meio. De acordo com Mantoan (1997, p.8):

(...) integração escolar, cuja metáfora é o sistema de cascata, é uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas. Trata-se de uma alternativa onde tudo se mantém nada se questiona do esquema em vigor.

Esse pensamento está diretamente ligado ao modelo médico da deficiência, onde insere a pessoa com necessidades educacionais especiais na sociedade, mas, desde que ela esteja capacitada para superar as barreiras físicas e atitudinais que por ventura aparecerem. Ou seja, essa forma de pensamento nada exige da sociedade em termos de modificação, ela apenas aceita esse indivíduo desde que ele se esforce para ser igual aos demais.

Diferente do modelo de integração, a inclusão é fundamentada na concepção da promoção da autonomia e da independência das pessoas com deficiência, em um movimento de vida independente dentro do princípio de igualdade de direitos para todas as pessoas, sejam elas pessoas com deficiência ou não. Deste modos, é importante equipararmos as oportunidades para todas as pessoas (Sasaki, 1997, p. 41).

Assim, podemos afirmar que, educação inclusiva significa proporcionar oportunidades equitativas a todos os alunos, incluindo as pessoas com necessidades educacionais especiais. Para que cada aluno receba serviços educacionais de qualidade, com os serviços de apoio necessários, em classes adequadas à idade, com o objetivo de prepará-los para a vida em sociedade.

Para a teoria Vygotskyana, a aprendizagem é de origem social e as funções complexas superiores são formadas pela interação entre as pessoas e os objetos. Na compreensão desse autor, o desenvolvimento ocorre em função dos processos de maturação do indivíduo. Desta forma, a aprendizagem possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento que só ocorrem quando o ser humano entra em contato com o ambiente cultural. Vygotsky (1997) afirma ainda, que as regras de desenvolvimento são iguais para todas as pessoas, o que irá modificar é o processo de inserção do indivíduo nas influências socioculturais. Desta maneira, a cultura promove um redirecionamento no curso do desenvolvimento da criança.

No contexto da teoria sócio histórica uma educação inclusiva precisa está firmada nos conceitos de coletividade com o objetivo de favorecer a igualdade. Para isso, o autor traz a necessidade de uma inclusão escolar responsável com as devidas adaptações curriculares, possíveis de serem feitas de acordo com as necessidades individuais de cada aluno, aplicando-se estratégias que venham a contribuir para a sua aprendizagem. As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ser inseridas à vida comum, criar laços afetivos e sociais, pois são as interações que criam e ampliam as experiências possibilitando a ligação do indivíduo ao mundo. Como ressalta (CARLO, 2001):

(...) Restringir suas interações e vínculos sociais, privilegiando os procedimentos individualistas, faz com que ela deixe de receber a “alimentação” cultural necessária para seu desenvolvimento (p.73).

Diante disto, entendemos que tornar a escola um ambiente inclusivo é um grande desafio que necessita ser estudado e entendido como um direito do indivíduo. As adaptações curriculares são ações importantes para a existência de uma proposta inclusiva com o objetivo de diminuir as barreiras de

aprendizagem, para combater atitudes preconceituosas e discriminatórias na tentativa de oferecer uma educação de qualidade para todos, promovendo o direito à cidadania. Concordamos com Carvalho (2010, p.49) quando afirma:

(...) Os movimentos em prol de uma educação para todos são movimentos:
(a) de inclusão de todos em escolas de qualidade, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras e (b) para garantir-lhes a permanência, bem sucedida, no processo educacional escolar desde a educação infantil até a universidade”

Ressaltamos a importância do professor enquanto mediador do processo de ensino aprendizagem, propondo atividades diversificadas e elaborando estratégias, planejamentos flexíveis, com o compromisso em atender as necessidades educacionais de todos os alunos, isto é o que discutiremos a seguir.

3- Flexibilização e Adaptação Curricular: Definição e Bases Legais.

Em alguns estudos sobre as mudanças que precisam ser realizadas no currículo para uma educação inclusiva os termos flexibilização (LEITE,2003; LOPES, 2008), e adaptação (FONSECA,2010; MINETTO,2008), são questionados de diversas formas. Neste estudo, iremos considerar que a flexibilização caracteriza-se pelas modificações que a escola e / ou professores fazem para garantir que todos tenham acesso ao currículo. E a adaptação ocorre momento em que, por consequência dos impedimentos da deficiência, o aluno não consiga acessar o currículo comum a todos os estudantes. Ou seja, a partir de um currículo flexível, com o objetivo atender à diversidade de todos os alunos, se faz possível a realização das adaptações curriculares de acesso aos conteúdos para os alunos que dela necessite. Sendo essa adaptação o nosso objeto de estudo. Concordamos com Minetto (2008, p.66) quando afirma:

“As adaptações aconteceram somente nos casos em que a proposta geral não corresponda efetivamente às necessidades específicas do aluno. Somente em alguns casos teríamos a elaboração de planos verdadeiramente individuais”.

Para fundamentar os aspectos legais e históricos acerca da importância da adaptação curricular fazemos referência a alguns documentos oficiais que fazem parte da evolução da educação especial. Um dos primeiros documentos que iniciou a quebra da fronteira entre a criança sem deficiência e a criança com deficiência foi o *relatório de Warnorck* publicado em 1978, onde constam algumas recomendações iniciais acerca do atendimento às necessidades educacionais especiais, dentre as quais podemos citar a eliminação das barreiras arquitetônicas, preparo e competência profissional dos educadores, ampliação do material didático, aquisição de materiais específicos para alunos cegos, surdos, com paralisia cerebral dentre outros, adaptações dos equipamentos escolares e adequações curriculares.

Em 1994, a Declaração de Salamanca, sob o paradigma da educação para todos, introduz a ideia de uma escola inclusiva e de qualidade. Esse documento trás linhas de ação sobre um novo pensar para a educação. São várias as orientações trazidas pelo documento, nas quais apontamos: a importância de um currículo adaptado, onde a escola promova oportunidades curriculares que sejam apropriadas à criança com habilidades e interesses diferentes; alerta para que o modo de avaliação também seja repensado, com o objetivo de acompanhar o processo e o progresso da criança.

Diante disto, entendemos que a ideia da flexibilização e da adaptação detém significados diferentes. Porém, ambas coexistem no processo com o objetivo de promover uma simbiose para que se alcance o objetivo geral, a saber: atender as necessidades educacionais de cada aluno, visando à remoção das barreiras de aprendizagem impostas pela deficiência. Ou seja, um conjunto de estratégias que possibilitam ao professor, se necessário, adaptar as metas de ensino, envolvendo habilidades e conteúdos presentes no currículo e assim, conceder maior maleabilidade ao currículo escolar.

É importante destacar que a flexibilização e a adaptação curricular não podem ser compreendidas com simples retirada, acréscimo ou modificações de conteúdos, avaliações e formação do currículo. Essas alterações devem ser realizadas de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, pois, existem conhecimentos que são imprescindíveis para a aquisição de novas

aprendizagens e que não podem ser retiradas do currículo, mas podem ser flexibilizadas.

Minetto (2008, p 67) ressalta:

O currículo flexível que acolhe as adaptações curriculares tem na sua proposta pontos de destaque como, por exemplo, a compreensão de que a decisão da necessidade de adaptações não é individual (do professor ou do orientador), mas sim de responsabilidade de todos os envolvidos e, por isso, distribui responsabilidades, incluindo aí à família. O sucesso não depende somente de uma pessoa, mas da participação de todos.

Para que a inclusão ocorra se faz necessário uma rede de apoio a esses alunos. Ou seja, Professores de salas regulares, professores de atendimento especializado, gestores, psicólogos, família e demais profissionais da educação devem trabalhar em sintonia e coerência para que essa rede seja o diferencial para viabilizar a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais na escola, como destaca da Declaração de Salamanca:

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo. (Declaração de Salamanca, 1994)

De acordo com LDB (1996), para assegurar o direito à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais e a inclusão em salas de aula regulares, se faz necessário à adaptação de planejamentos, objetivos, atividades, formas de avaliação, métodos, técnicas e recursos pedagógicos para atender as peculiaridades de cada aluno. Blanco (2004,p.293) afirma que: “responder a diversidade significa romper com o esquema tradicional em que todas as crianças fazem a mesma coisa, na mesma hora, da mesma forma e com os mesmos materiais”.

No artigo 24 do mais recente documento escrito, a Convenção de Nova Iorque (ONU, 2008) são esclarecidas ações necessárias para efetivação do direito à cidadania. Os países deverão ter como meta a garantia de que as

peças com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional e que esses alunos possam ter um ensino inclusivo, de qualidade, gratuito e que sejam realizadas as adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais de cada aluno. Minetto (2008, p.80) afirma que:

As adaptações curriculares requerem um conjunto de recursos e forças que podem fazer a diferença tanto pra o aluno quanto para o professor, minimizando as dificuldades e organizando as ações para que a inclusão não seja um devaneio otimista.

Ou seja, uma prática fundamentada na visão tradicional de ensino homogeneizador se evidencia como uma barreira significativa, dificultando a mudança necessária no sistema educacional. O currículo acessível faz com que a proposta de inclusão se dê de forma mais eficaz, pois a partir do momento que o aluno é atendido com um olhar para as suas necessidades, fazendo uso de ferramentas adaptadas e gozando de igualdade de direitos, a inclusão se dá de forma plena. Neste trabalho, apresentaremos os resultados sobre as adaptações curriculares realizadas pelo professor para alcançar um ensino inclusivo.

4- Procedimentos adaptativos curriculares para um ensino inclusivo.

Junto com a necessidade de mudança nos pensamentos e nas atitudes tanto da sociedade quanto da escola, vem o desafio de saber desenvolver e criar estratégias para auxiliar a aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Deste modo, é importante que a escola e o professor compreendam que, qualquer modificação que necessite ser realizada, por menor que seja, é considerada uma adaptação. Essas adaptações podem abranger modificações físicas, metodológicas e o uso das Tecnologias Assistivas em sala de aula com o objetivo de promover a autonomia e a possibilidade de realização de tarefas. Para que todo esse processo seja eficaz, é de extrema importância que se conheça o aluno e suas particularidades, para assim, definir quais serão as adaptações necessárias.

É a partir das informações que a escola e os professores têm a respeito do aluno que é possível fazer as devidas modificações para promover a inclusão na escola e na sala de aula. As adaptações curriculares podem se caracterizadas como: adaptações de grande porte, e as adaptações de pequeno porte (BRASIL, 2000).

As adaptações de grande porte compreendem modificações maiores de natureza política, administrativa, financeira, burocrática que altera significativamente os documentos oficiais da escola, e que extrapola a área de atuação específica do professor, das quais podemos citar a criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno, adaptação e aquisição do ambiente e do mobiliário específico, aquisição de instrumentos e equipamentos que favoreçam a comunicação e a participação do aluno nas atividades escolares como softwares educativos específicos, computadores, dentre outras.

Já as adaptações de pequeno porte são transformações que cabem ao professor realizar, com modificações para facilitar o acesso ao currículo, proporcionando adaptações nos objetivos de ensino, no conteúdo ensinado, no método aplicado, na temporalidade, na avaliação e nos materiais didáticos utilizados. Neste estudo nosso foco se dá nos procedimentos adaptativos utilizados e elaborados pelo professor de forma a promover a participação produtiva dos alunos com necessidades educacionais especiais no cotidiano da sala de aula regular, ou seja, as adaptações de pequeno porte.

Carvalho (2010,p.85,86) ressalta:

As adaptações curriculares de acesso ao currículo são referentes à previsão e provisão de recursos técnicos e matérias e à remoção de barreiras arquitetônicas e atitudinais que impedem ou dificultam a alguns alunos(como os surdos, cegos e os deficientes motores e os deficientes físicos) O acesso às experiências bem-sucedidas de ensino-aprendizagem. Tais alunos, e segundo as suas necessidades especiais, requerem adaptações de sala de aula, no mobiliário, nos equipamentos, nos recursos instrucionais e nas formas de comunicação.

Existem várias formas de se realizar as adaptações para favorecer o acesso ao currículo e ao processo ensino aprendizagem, e para realizá-las na

sala de aula. O professor deve subdividir o processo de planejamento em três etapas básicas: Formulação dos conteúdos, a Implementação das adaptações e continuidade e avaliação das adaptações.

Todas essas etapas implicam respectivamente em estabelecer métodos de ensino de acordo com as dificuldades e possibilidades do aluno, determinando os conteúdos e objetivos a serem trabalhados e adaptados, criar e desenvolver estratégias com o objetivo de incluir o aluno nas atividades, realizar avaliação de todo o processo de ensino e aprendizagem a partir auxílio das adaptações, para que se faça possível avançar ou reorganizar o planejamento.

De acordo com MInetto (2008,p.70)

Após um conhecimento prévio, podemos definir os conteúdos programáticos a serem trabalhados e, a partir dos objetivos definidos, selecionar o que ensinar. Dos conteúdos que estão estruturados para determinada turma, analisar o que seria adequado para aquele determinado aluno, o que seria necessário a ser acrescentado[...].

Desse modo, as adaptações na sala de aula, estão fundamentalmente relacionadas à: adaptações de conteúdos de aprendizagem, aos objetivos, a metodologia e a avaliação. Ao professor cabe a responsabilidade de realizar ajustes nos conteúdos e objetivos pedagógicos priorizando, introduzindo, reformulando e em alguns casos eliminando determinados conteúdos ou objetivos, cuidando para que não sejam retirados aqueles considerados básicos. Quanto à metodologia, é de extrema importância que o professor observe as necessidades de cada aluno, mesmo os alunos com o mesmo tipo de deficiência podem necessitar o uso diferentes tipos de adaptações de metodologia e de atividades para diferentes conteúdos e objetivos. Diante dessa demanda, a avaliação também precisa ser reformulada, com auxílio de múltiplos instrumentos que possibilite a realização da atividade e da autonomia do aluno. No Brasil, as adaptações são abordadas legalmente pelos Parâmetros Curriculares Nacionais(1998) onde são definidas como:

[...] Possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos

com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação para que atenda realmente a todos os educandos. (p.33)

Uma adaptação que também pode ser realizada pelo professor e se faz muito importante, é a adaptação e utilização de diferentes tipos de materiais pedagógicos como: elaborar uma atividade para a turma e outra com o mesmo conteúdo adaptado para aluno com necessidade educacional especial aos alunos que apresentam dificuldades de comunicação, utilizar a comunicação alternativa, utilizando cartões com imagens e expressões; para os alunos com deficiência auditiva, o professor poderá aumentar o tom de voz, permitir que o aluno possa vê-lo enquanto fala, possibilitando a leitura dos gestos e dos lábios, fazer uso da LIBRAS para tornar a comunicação e a compreensão mais acessível para o aluno, dentre outras. A partir da adaptação das atividades e dos materiais utilizados o aluno irá desfrutar de maior independência, melhoria de sua autoestima e ampliação das suas possibilidades de aprendizado.

Segundo Blanco (2004,p.300):

Muitos alunos com problemas motores, sensoriais ou alterações graves do desenvolvimento necessitam aprender um código de comunicação alternativo, aumentativo, ou complementar à linguagem oral ou escrita: Linguagem de sinais; palavra complementada[...]

Atualmente o professor pode contar com vários estudos, recursos e estratégias para auxiliá-lo na promoção da acessibilidade e no processo de inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais. Recursos pedagógicos desde a adaptação de atividades a o uso de tecnologias assistivas, proporcionando a ampliação da comunicação, mobilidade e habilidades com objetivo de favorecer o desempenho autônomo, diminuindo as barreiras de aprendizagem. A seguir, iremos tratar de questões acerca da avaliação do aluno com necessidade educacional nesse ambiente inclusivo.

5- Avaliação da aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar

O processo de avaliação é um instrumento de acompanhamento e replanejamento das ações na sala de aula. Desse modo, a avaliação na perspectiva da inclusão deve estar pautada na possibilidade de superação. Beyer (2013, p.96) afirma que: “A abordagem vygotskiana, através do bem conhecido conceito da zona de desenvolvimento proximal (ZPD), estabelece uma demarcação paradigmática de avaliação em que se busquem as condições cognitivas emergentes”.

Estudado por Vygotsky, a zona de desenvolvimento proximal se caracteriza pela existência de dois níveis de desenvolvimento o real e o potencial, sendo o real, aquele conhecimento que o indivíduo consegue realizar de forma autônoma e o potencial é determinado pelas habilidades que o indivíduo já construiu, porém encontra-se em processo que ainda serão construídos. A zona de desenvolvimento proximal (ZPD) é estabelecida pela distância entre o nível de desenvolvimento real e o desenvolvimento potencial.

Diante disto, o papel da avaliação é analisar esse processo de desenvolvimento, e pautar-se não apenas nas limitações funcionais que o aluno apresenta, mas nas suas potencialidades intelectuais e socioafetivas, buscando caminhos para o crescimento. O Professor precisa estar atento à maneira de se avaliar o aluno, pois como alerta Beyer (2013,p.96)

A avaliação pode, também, constituir-se, como prática educativa importante que é, em uma oportunidade para a cristalização de processos de preconceito e rejeição social, caso não seja bem conduzida. Os preconceitos sociais derivados de processos de avaliação mal elaborados são particularmente nocivos, porque atingem a criança na formação de sua autoimagem, o que pode vir a construir num prejuízo ainda maior para a superação das dificuldades no âmbito escolar.

A avaliação tradicional, não contempla a diversidade e se apresenta como um caminho para o rebaixamento das expectativas sociais e com foco sobre os conceitos de diferenças comparativas entre os alunos, trazendo a todo tempo os pensamentos de nota, aprovação, reprovação, sucesso e fracasso. Esse conjunto de ações faz da avaliação uma prática excludente,

dando subsídios para o preconceito, discriminação e rotulação desses alunos. A preocupação com a avaliação já vem sendo discutida e colocada em vários documentos oficiais, dos quais podemos citar a LDB 9.394/96 que aborda com ênfase o assunto e sugere mudanças, considerando a necessidade de se transpor da avaliação classificatória para a avaliação diagnóstica.

Diante dessa perspectiva de mudança, o professor deve repensar sobre a sua prática e o ato de avaliar. “A construção do resignificado da avaliação pressupõe dos educadores um enfoque crítico da educação e de seu papel social” (HOFFMANN,1991,p.112). Ou seja, a avaliação diagnóstica e formativa mostra claramente a necessidade de uma tomada de consciência por parte do professor sobre o verdadeiro significado do diagnóstico da avaliação para poder processá-lo no contexto escolar. Esse tipo de prática permite com os seus resultados, reorganizar a forma mais adequada de obter melhoras na aprendizagem. Para Coll (2000, p.149). “A avaliação é uma ação pedagógica que precisa ser flexibilizada de forma a atender as necessidades dos alunos” Esse autor aponta ainda que as modificações na avaliação só poderão ser eficazes se o professor conhecer o aluno e suas potencialidades. Diante de como proceder com relação à forma de avaliação do aluno com necessidade educacional especial, Minetto (2008,p.83) afirma que essa ação: [...] “Deve ser organizada com base nas áreas (conteúdos e objetivos) nas quais foram feitas as adaptações curriculares”.

Assim como os conteúdos, objetivos e atividades, a avaliação também necessita ser adaptada. Essa avaliação deverá ser baseada nas metas de conteúdos e objetivos determinados para o aluno. Se esses precisarem ser adaptados, à avaliação será dentro desses mesmos padrões. O objetivo não deve ser aprovar ou reprovar, mas diagnosticar avanços e falhas no processo de ensino e aprendizagem e a partir desse diagnóstico avançar ou reorganizar as ações com a finalidade de se atingir o objetivo estabelecido. Isso posto, acreditamos que, quando a escola passar a avaliar adequadamente o aluno com necessidades educacionais especiais, conseguirá avaliar melhor todos os alunos. Pois, para que se possa chegar a uma avaliação diferenciada é necessário entendê-la de um modo abrangente, como um processo e não como um fim.

Na avaliação, para atender as necessidades educacionais especiais dos alunos, o professor poderá adaptar técnicas e instrumentos para promover o acesso às atividades estabelecidas, como: utilizar diferentes procedimentos de avaliação, adaptando-os para as diferentes necessidades; possibilitar a utilização do livro de signos para os alunos com dificuldade de locomoção; aos alunos com deficiência visual oportunizar a realização das atividades e avaliações em braile, lendo-as para o professor. Promover a inclusão significa dar oportunidade a todos os alunos, fazendo as adaptações necessárias para que o aluno possa participar do cotidiano da sala de aula, realizar as atividades, e progredir em seu aprendizado. Diante dessa discussão, concordamos com Hoffmann (2001,p.34):

Inclusão pode representar exclusão sempre que a avaliação for para classificar e não para promover, sempre que as decisões levarem em conta parâmetros comparativos, e não as condições próprias de cada aluno e o princípio de favorecer-lhe oportunidade máxima de aprendizagem, de inserção na sociedade, em igualdade de condições educativas.

Esse conjunto de práticas pedagógicas que ocorrem no processo de inclusão, na realização da adaptação curricular para promover o acesso ao currículo e na avaliação do andamento de todas essas ações, constitui-se o nosso objeto de estudo nessa pesquisa.

6- Procedimentos metodológicos

Os nossos objetivos com essa pesquisa são (I) analisar a prática da adaptação curricular de uma escola inclusiva; (II) investigar o processo de inclusão do aluno com necessidade educacional especial, por meio da adaptação curricular; (III) observar como ocorre a relação aluno/professor aluno/aluno; (IV) compreender como acontece a avaliação da aprendizagem a partir do currículo adaptado; e (V) compreender como a adaptação curricular contribui para o processo de inclusão.

Para atender aos nossos objetivos supracitados, o nosso estudo se constituirá em uma pesquisa empírica, de campo. O lócus de pesquisa escolhido foi uma escola particular com proposta inclusiva localizada na região metropolitana do Recife, que atende crianças dos 4 aos 15 anos de idade, nos

horários da manhã e da tarde. Foram escolhidas duas turmas do ensino fundamental I, sendo uma do 4º ano e uma outra do 5º ano. Essas turmas foram escolhidas por nelas existirem três alunos, fazendo uso das adaptações curriculares, devidos os impedimentos colocados pelo espectro Autista, pela dislexia e por inibição intelectual. Todos os alunos com NEE contam com serviço de Atendimento Educacional Especializado, oferecido pela escola. Esses atendimentos acontecem duas vezes por semana e são divididos em apoio pedagógico nas atividades em sala de aula e atendimento na sala de recursos com atividades específicas.

Como método de coleta de dados, utilizaremos a observação, onde a partir desta, podemos obter dados que não são possíveis com outra forma de comunicação, utilizando o método etnográfico onde, segundo (LAKATOS; MARCONI, 2007), essa é justificada pelo fato de permitir um contato mais próximo pelo campo delimitado através de procedimentos de observação, e entrevista semiestruturada, esta outra, nos permite a captação imediata da informação e aprofundamento da investigação e que, conforme Minayo (2007) são compostas de perguntas abertas e fechadas ao qual possibilita ao entrevistado maior flexibilidade nas dinâmicas das questões. Nessa perspectiva, as observações, registros e análise formam um conjunto de ações, onde é possível uma aproximação mais efetiva com os dados da realidade, gerando assim uma confiabilidade maior a pesquisa realizada.

A observação foi à primeira etapa dessa pesquisa. Essas observações aconteceram durante quatro dias, sendo duas observações no 4º ano e duas observações no 5º ano, onde analisamos o processo de inclusão e interação dos alunos com os seus pares, bem como as atividades realizadas dentro e fora da sala de aula. Nessa etapa, utilizamos um roteiro de observação para direcionar os aspectos a serem observados. A segunda etapa do trabalho foi realizada através de uma entrevista com as professoras das respectivas turmas e com a coordenadora pedagógica, onde utilizamos um roteiro de entrevista e posteriormente realizamos transcrições das mesmas. Para análise dos conteúdos tomamos como base as três fases básicas da análise de conteúdo explicado por Bardin (1997), sendo elas a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial. Para tanto, dividimos os resultados e discussões em

categorias, onde nelas constavam questões referentes à importância da inclusão e prática da adaptação curricular, a saber: ***Estímulos utilizados na sala de aula para promover a participação e efetiva inclusão do aluno com deficiência no dia a dia da sala de aula; Estratégias e materiais utilizados no processo de ensino aprendizagem da criança com deficiência; Dificuldades encontradas no processo de trabalho com a criança com deficiência e os suportes fornecidos pela instituição; Plano individualizado de ensino e avaliação; Resultados obtidos até o momento; Concepção de adaptação curricular; Elementos fundamentais para inclusão; Papel do professor para o uma educação inclusiva;-***.

Desse modo, cada categoria apresenta alguns argumentos das professoras e da coordenadora a respeito da adaptação curricular na sala de aula.

7- Dados dos Participantes e lócus da pesquisa.

Para garantir a qualidade da nossa pesquisa, procuramos investigar o perfil dos entrevistados a respeito da formação, especialização e tempo de trabalho de cada uma. Participaram dessa pesquisa duas professoras e uma das coordenadoras responsáveis pela organização da prática educativa, da escola escolhida como lócus de nossa investigação.

A *professora (A)* tem 30 anos de docência e sua formação inicial em comunicação social. Atualmente é professora do 4º ano do ensino fundamental e participa constantemente de formações continuadas oferecidas pela instituição. A *professora (B)* tem 20 anos de docência tem sua formação inicial em pedagogia e está cursando a graduação de teatro. Atualmente é professora do 5º ano do ensino fundamental e participa constantemente de formações continuadas oferecidas pela instituição, A *coordenadora (Coord)* tem 15 anos de docência em sala de atendimento educacional especializado e há 11 meses atua como coordenadora. Sua formação inicial é em psicologia com especialização em educação especial.

8- Resultados e discussão

8.1- Observação

A primeira etapa da coleta de dados da nossa pesquisa foi composta de 4 observações, onde analisamos o cotidiano dos alunos na sala de aula e nos espaços coletivos. Cada observação teve duração de 180 minutos, e foram acompanhadas das professoras participantes, que nos esclareciam e nos inteiravam da rotina dos alunos.

Durante as observações pudemos nos aproximar do lócus de pesquisa, analisar a prática da adaptação curricular na sala de aula e observar com está estabelecida às relações aluno/professor e aluno/aluno nas salas de aulas pesquisadas. Pudemos observar as adaptações de atividades realizadas pelas professoras, bem como os recursos pedagógicos utilizados. Com relação às adaptações, podemos observar que existe um esforço muito grande das professoras para incluir os alunos com NEE nas atividades de sala de aula, com rodas de conversa, atividades em grupo e direcionamento para atividades individuais mais específicas.

Nessas observações presenciamos as professoras conversando com os alunos de modo individual, orientando-os quanto às atividades adaptadas a serem realizadas e nesses momentos vimos a utilização de alguns recursos de apoio como, ficha adaptada ao nível de compreensão do aluno, de conteúdo semelhante ao da turma com letras e espaçamentos maiores, uso do tablete com aplicativos pedagógicos e apoios visuais ortográfico e numérico. Esse olhar individual sobre o aluno é muito importante e percebemos que nesses momentos os alunos com NEE observavam atentamente os comandos e os compreendia. A partir disso percebemos que esse tipo de atitude, facilita a construção e fortalecimento do laço de confiança com a professora. Percebemos também que os espaços utilizados para aprendizagem são variados, desde a sala de aula a atividades em laboratórios de ciências e informática, tudo planejado e pensado a fim fazer com que o aluno tenha uma aprendizagem significativa,

Os alunos relacionam-se bem entre si, e mantém uma relação de cooperação e amizade uns com os outros. Nas atividades em grupo foi possível constatar essa cooperação, nesse sentimento de respeito e ajuda ao outro. Esse conjunto de atitudes observadas nos mostrou que, as adaptações

são de fato necessárias, para que o aluno com NEE não se sinta incapaz de realizar as atividades ou de participar do grupo. No que diz respeito à relação aluno/professor, observamos que, cada professora desenvolve diferentes estratégias de aproximação e de ensino, de modo que os alunos sentem-se bem com a presença delas na sala de aula.

Tudo o que observamos, corrobora com o que está posto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) em seu artigo 59 inciso primeiro que determina que os sistemas de ensino deverão assegurar aos educandos com necessidades educacionais especiais, currículos, métodos, técnicas e recursos educativos específicos para atender as necessidades de cada um.

8.2 Entrevistas semiestruturadas com as professoras

8.2.1 Quanto às estratégias utilizadas na sala de aula para promover a participação e a efetiva inclusão e quais dificuldades encontradas durante o processo;

Sabemos da importância do estímulo e da parceria com os pares para que se obtenha um ambiente educacional inclusivo e de qualidade, diante disto, perguntamos as professoras quais as estratégias eram utilizadas para fazer com que o aluno participe das atividades. Sobre essa questão podemos verificar que, tanto a *professora (A)* quando a *professora (B)* utilizam várias estratégias como: delegar algumas atividades para que o aluno com necessidade educacional especial faça com os amigos de turma, rodas de conversa estimulando a interação entre todos os alunos, conversa sobre preferências como comidas, esportes, passeios, tudo isso realizado em conjunto.

Professora (A): “Gosto de delegar atividades para o aluno fazer, é como uma espécie de sistema de monitoria, para que ele sinta e perceba que ele pode sim ter autonomia para realizar diversas atividades, esse tipo de estratégia faz com que ele se movimente no espaço e entre em contato com os demais colegas da turma”

Professora (B): “Esses momentos são muito importantes, a partir delas, é possível conhecer com mais aprofundamento os nossos alunos, suas

preferências, suas dificuldades, seus sonhos. São nessas rodas de conversa, que se faz possível a interação entre os alunos”.

De acordo com a literatura e as leis que regem a educação inclusiva, o trabalho do professor deve priorizar o desenvolvimento intelectual e a autonomia dos seus alunos (BRASIL,2012 p.16). Sendo assim, podemos observar nessa categoria analisada, que as professoras, diante de suas possibilidades e dos interesses e peculiaridades do grupo de alunos e do aluno com NEE, lançam atividades diferenciadas de comunicação e interação com o objetivo de incluí-lo ao grupo, fazer o grupo sala perceber e respeitar o aluno com NEE, bem com fazê-lo compreender que é capaz de realizar as atividades, estimulando a aprendizagem e a autonomia.

8.2.2 Quanto às dificuldades encontradas durante todo o processo de ensino aprendizagem e os suportes fornecidos pela instituição

A Constituição Federal, e Resolução do CNE/CEB nº 2/2001, determina que a educação é direito de todos e que as escolas deverão dispor de recursos de apoio necessários para atender a criança com deficiência. Diante do que está posto nas leis e nas literaturas referentes à adaptação curricular na educação, a escola deve oferecer ao aluno com necessidades educacionais especiais, uma estrutura física e curricular acessível para atender as suas demandas específicas, removendo toda e qualquer barreira de aprendizagem.

Sendo assim, diante de tais questões relacionadas às dificuldades encontradas e ao apoio fornecido, as *professoras A e B* são bastante claras quando afirmaram que a maior dificuldade ainda encontrada é conhecer sobre a necessidade educacional em si, bem como as suas peculiaridades e a ausência da família no processo educacional. Diante dos questionamentos acerca das dificuldades encontradas obtivemos as seguintes assertivas:

Professora (B): “Sinto falta de uma atenção mais forte da família, um apoio mesmo. É claro que não são todas, mas quando nos deparamos com uma família que não nos dá um suporte, prejudica todo um trabalho pensado e sistematizado para o aluno. A família precisa entender que este é um trabalho em conjunto”

Professora (A): “No curso não tive nenhuma disciplina específica pra tratar das deficiências e de adaptações na sala de aula, e isso fez com que eu sentisse

muita dificuldade. Hoje o que sei é através de pesquisas que faço e das formações que são oferecidas pela escola. Aqui também podemos contar com coordenação específica para tratar dos alunos com _necessidades educacionais e com professoras de atendimento especializado que não dão um suporte”

Diante dessas colocações, podemos observar que mesmo com as dificuldades que aparecem durante o processo, a escola e a equipe de profissionais se preocupam em fazer do processo educativo uma ação harmônica, preocupados com o acompanhamento familiar no processo de desenvolvimento do aluno.

8.2.3 Apoios existentes na escola, para auxiliá-las nos trabalhos educativos.

Nessa fase da entrevista as professoras responderam que a escola, conta com coordenação e o apoio de atendimento especializado, e que estes são de grande importância no processo, fazendo uma diferença significativa no processo de desenvolvimento dos alunos.

Coord: “Contamos com uma equipe de professoras de atendimento especializado, que trabalham em parceria com as professoras das salas regulares. As adaptações são feitas a partir de um estudo criterioso das dificuldades e potencialidades do aluno. Tudo isso com o objetivo de tornar a escola e o currículo acessíveis, porém desafiadores para o aluno promovendo assim, um ambiente de aprendizagem significativa”.

É possível observar que essa rede de apoio com professores especializados, citada pela coordenadora é validada pela Declaração de Salamanca (1994) e que é de extrema importância para que se obtenha um trabalho coerente com que o significado da inclusão propõe.

8.2.4 Quanto às estratégias de ensino e materiais utilizados no processo de ensino aprendizagem dos alunos

Perguntadas sobre quais estratégias e materiais utilizados no processo, as duas professoras sinalizaram o uso frequente das adaptações curriculares,

para facilitar o acesso aos conteúdos, facilitando a construção do conhecimento. Neste tópico obtivemos os seguintes relatos.

Professora (A) “Precisamos ter a sensibilidade de vê o aluno por inteiro, observá-lo, saber quais as suas potencialidade e dificuldades, para a partir daí poder traçar um plano individualizado. Só posso fazer uma adaptação se conhecer o aluno, depois disso fica tudo mais fácil” (...)

Professora (B) “As adaptações podem ser as mais diversas, as vezes alguns alunos precisam de adaptações como alterações no formato do lápis, deixando-o mais grosso, para facilitar a escrita, outros precisam de atividades com o mesmo conteúdo, porém em um nível que ele seja capaz de compreender e realiza-las com autonomia. Enfim, cada aluno vai precisar em um tipo diferente de adaptação.

Nesse trecho da entrevista podemos entender como funciona na prática o que (MINETTO, p70, 2008), mostra a respeito das etapas são necessárias para que as adaptações sejam planejadas e colocadas em prática. Porém, com desafios para serem superados. Entendendo que, o aluno com necessidades educacionais especiais requer um currículo adaptado que lhe permita superar os desafios de acordo com suas potencialidades.

8.2.5 Plano individualizado de ensino e formas de avaliação.

Conforme nos mostra (Minetto,2008), o Planejamento de ensino é uma ferramenta essencial para o professor, poder tomar suas decisões, organizar métodos avaliativos, conteúdos, atividades, entre outras ações. Para realizar as adaptações curriculares é imprescindível que o docente elabore um plano individualizado de ensino, para a partir dele traçar os caminhos e adaptações necessárias para o aluno, sejam elas quais forem. Nessa etapa da entrevista, questionadas a respeito do plano de ensino e as formas de avaliação as professoras A e B, responderam da seguinte maneira:

Professora (A): “O planejamento é muito importante, e sempre tenho ele em mãos. como nossa vida é muito corrida, as vezes preciso fazê-los em horários que tenho alguma aula livre ou até nos finais de semana, sem o planejamento é impossível realizar as adaptações”.

Professora (B): “A avaliação jamais poderá ser igual para todos. Quando analiso e verifico que o aluno necessita de adaptações no currículo a avaliação dele automaticamente é modificada. Dependendo da meta estabelecida a avaliação pode ser através de acompanhamento e registro, vivências práticas, até uma conversa pode ser um método avaliativo”.

Com a fala das duas professoras, observamos que suas colocações mantem uma coerência com o que está posto nas leis. E sinalizam, a responsabilidade que exige uma modificação dessa proporção no planejamento e na ação educativa como o todo.

8.2.6 Resultados obtidos até o momento com o uso das adaptações curriculares e concepção de adaptação curricular

Percebemos uma congruência muito significativa nas respostas referentes a essa categoria quando as professoras e a coordenadora trazem seus relatos sobre os resultados obtidos e a concepção do que é adaptação curricular. A *professora B* relata que “os resultados são muito significativos” já a *professora A* nos diz que “Quando vemos o resultado nos dá uma alegria enorme, é incrível como uma simples adaptação de uma atividade faz uma diferença enorme” já a *coordenadora (coord.)* nos responde “são bastante positivos, com as adaptações é possível fazer com que o conhecimento aproxime-se da condição real da criança, possibilitando compreensão, funcionalidade e aprendizagem significativa”. Desse modo podemos observar os resultados obtidos através da adaptação, e quão importantes se faz essa ação, que está legitimada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998).

8.2.7 Elementos Fundamentais para inclusão

A educação é um direito de todos e que a escola é um espaço do exercício da cidadania e de construção do conhecimento. Deste modo, para que a inclusão se de fato de acordo com (Carvalho,p.52,2011) é necessário superar as barreiras existentes em suas múltiplas origens e intensidades. A partir dos dados que coletamos, foi possível observar que as participantes da pesquisa, pensam de modo bem semelhante a respeito dos elementos que são essenciais para inclusão.

A Coordenadora (coord.) afirma que “ é importante haver um diálogo entre os profissionais que atendem o educando, um trabalho em rede, parceria com as famílias e um projeto político pedagógico que garanta as adaptações, recursos e ambientes pedagógicos diferenciados”. A partir dessa fala, a coordenadora frisa a importância do Projeto Político Pedagógico flexível no qual é tratado por Minetto (2008). As professoras A e B definiram como elementos fundamentais para inclusão o amor, a paciência, o respeito a diferença e a parceria das famílias.

A inclusão tem um significado muito abrangente que se faz importante à participação de todos aqueles que de alguma maneira estão excluídos da sociedade em seus sistemas gerais (SASSAKI, 1996, p. 39; PIRES 2006), Sendo assim, entendemos que os alunos com NEE compõem esse grupo e que segundo Mantoan (2006, p15) os debates acerca da inclusão trouxeram para escola brasileira o desafio de organizar pedagogicamente suas ações para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência na escola sem discriminações, valorizando as diferenças.

8.2.8 Papel do professor para o uma educação inclusiva

Nessa última fase da pesquisa, a professora A concluiu dizendo “O professor tem um papel muito importante de mediar esse processo, de realizar as adaptações com muito amor, para que o aluno tenha uma aprendizagem significativa”, a professora B frisou que “-O professor tem que está disponível para aprender, e disponível para mediar a inserção desse aluno no ambiente escolar, também o está preparando para viver em sociedade, ao mesmo tempo em que intervém positivamente diante dos alunos regulares, contribuindo para que estes também possam construir uma postura inclusiva diante de pessoas com necessidades educacionais especiais”. Diante desta pergunta a coordenadora (coord.) concluiu dizendo “ o professor tem um papel muito importante nesse processo, é ele que vai ter esse olhar sensível, singular,, atendo as especificidades, habilidades e as possibilidades de trabalhar com esse aluno e incluí-lo.

No geral, as participantes desse estudo, compreendem que para que se tenha a inclusão. Como destaca Minetto (2008) é necessário um olhar diferente para os alunos com necessidades educacionais especiais considerando suas dificuldades e habilidades, para a partir disso, planejar atividades e momentos pedagógicos que favoreçam a sua aprendizagem significativa. Uma vez que, a inclusão se traduz pelo respeito ao aluno, ao contemplar todas as dimensões necessárias para a aprendizagem.

9. Considerações finais

Esse trabalho foi desenvolvido, sobretudo, pensando no processo de inclusão e das possibilidades de remoção das barreiras de aprendizagem através das adaptações curriculares, pois, partimos do princípio que, a escola é um lugar de exercício da cidadania, logo, onde devemos aprender a viver com as diferenças.

A partir desse estudo observamos a prática da adaptação curricular, suas etapas e desenvolvimento, bem como analisamos como essa prática pode interferir positivamente no processo de inclusão, removendo as barreiras de aprendizagem. Podemos concluir que, as adaptações curriculares são de fato um elemento fundamental para a inclusão, e que a partir delas é possível tornar os conteúdos, metas e avaliação mais próximas das possibilidades dos alunos. Ao analisar todos os dados, podemos perceber que as participantes da pesquisa estão envolvidas constantemente no processo de inclusão, e entendem esse processo com uma ação de respeito ao ser humano e as diferenças, bem como compreendem a dificuldade que é realizar as adaptações curriculares e as entendem como um grande desafio, enfatizando a importância da uma boa formação e a existência formações continuadas.

Deste modo esperamos que a nossa pesquisa venha a contribuir e a incentivar mais estudos acerca da importância da adaptação curricular para o processo de inclusão, bem como atentar para a necessidade de formação de professores para atuar nesse novo ambiente educacional.

Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1997

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. 4ª ed. Porto Alegre: Mediação , 2013.

BLANCO, Rosa. *A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo*. In: César, COLL (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2ed. Porto Alegre: Artmed,2004. 3V.p.290-308.

BRASIL. **Adaptações Curriculares: Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. MEC/SEESP, Brasília,1999.

BRASIL. **Constituição federal, 1988**

BRASIL. Parecer nº 17, **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Parecer CNE/CEB nº017/2001 MEC / SEESP, Brasília,2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9394 de 1996. Brasília,DF,1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**. MEC/SEF/SEESP, Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Justiça/CORDE. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre as necessidades educativas especiais** .Brasília, 1994.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: Ensino Fundamental**. MEC/SEESP,2004

BRASIL. **Projeto Escola Viva: Adaptações curriculares de pequeno porte** MEC/SEESP,2000.

BRASIL. **Projeto Escola Viva: Adaptações curriculares de grande porte** MEC/SEESP,2000.

BRASIL. **Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência** . Brasília, Secretaria especial dos direitos humanos, 2008.

BRASIL. **Convenção da Guatemala** . Brasília, Secretaria especial dos direitos humanos, 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva a reorganização do trabalho pedagógico** 1ªed. Mediação, 2008.

CARVALHO, Rosita, Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. 2ªed. Porto Alegre:Mediação,2001

CAVALCANTE, T. C.F.; SANTA-CLARA, A. O. Acessibilidade comunicativa de pessoas com síndrome de Down através de atividades argumentativas. In: k. MOUTINHO; P. VILLACHAN-LYRA; A. SANTA-CLARA (Orgs.). **Novas tendências em Psicologia do Desenvolvimento: teoria, pesquisa e intervenção**. Recife: editora universitária, UFPE, 2013.

DOCKRELL, J; MCSHANE, J.Crianças com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva. Trad. Negrera, A . . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000

FONSECA, K.A. ; CAPELLINI, V.L.M.F; JUNIOR, J.L. Inclusão escolar e diversidade na escola: Flexibilização e adaptação escolar no processo de inclusão escolar. In: VALLE, T.G.M ; and MAIA, A.C.B.. (orgs) **Aprendizagem e comportamento humano** [online]. São Paulo: editora UNESP; São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 10ª ed. Porto Alegre: Mediação,2008.

HOFFMANN, J. **Avaliação, mito e desafio: Uma perspectiva construtivista**. 42º ed. Porto Alegre: Mediação,2012.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Carlinda. **A flexibilização Curricular na construção de uma escola mais democrática e mais inclusiva**. Território Educativo, nº7, Dez.1999

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. ***Inclusão escolar: pontos e contrapontos.*** 3ª ed. São Paulo: Summus,2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. ***Pensando e fazendo educação de qualidade.*** 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2001.

MINETTO, Maria de Fátima.:***Currículo na Educação Inclusiva: Entendendo esse desafio.*** 2ª ed. Curitiba: IBEPEX,2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi.:***Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.*** Rio de Janeiro,WVA.1997

VIGOTSKY, L. S.. ***A formação social da mente:*** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores . 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VIGOTSKY, L. S. ***Psicologia pedagógica.*** Porto Alegre ;Artemed, 2003.